

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 178 – 21/12 à 25/12/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do Mercado de Trabalho*

Destaque da Semana

[Novo Caged: saldo do emprego formal tem o melhor mês da história](#)

Ministério da Economia - 23/12/2020

O saldo do emprego com carteira assinada em novembro ficou positivo em 414.556 postos de trabalho. É o melhor resultado para todos os meses desde o início da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), superando o recorde anterior, registrado no Novo Caged de outubro passado. É o quinto mês consecutivo de saldo positivo e o melhor do ano até o momento. O bom desempenho de novembro foi puxado pelo setor de Serviços, com +179.261 novas vagas, e Comércio, com +179.077. Na Indústria o saldo foi positivo em +51.457 e na Construção, +20.724.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ação contra prorrogação de desoneração da folha de pagamento será julgada diretamente pelo Plenário](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/12/2020

O ministro Ricardo Lewandowski decidiu remeter diretamente ao Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) o exame da Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 6632](#), em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, pretende que a Corte suspenda a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Em razão da relevância da matéria e do seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, o relator aplicou ao caso o rito abreviado previsto no artigo 12 da Lei das ADIs (Lei 9.868/1999).



Notícias do Executivo

[Termina dia 29/12 prazo para que contribuinte inscrito na dívida ativa possa aderir a um acordo de transação com a PGFN](#)

Ministério da Economia - 22/12/2020

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) reforça que termina no próximo dia 29/12 o prazo para que os contribuintes inscritos na dívida ativa da União possam aderir aos quatro tipos de acordos de transação disponibilizados pela Procuradoria devido a crise econômica causada pela pandemia da COVID-19. Veja a [tabela comparativa](#) com as características de cada modalidade (prazos de adesão, públicos-alvo, percentuais de desconto, quantidade de parcelas, etc.).

[Conselho Curador aprova recursos para FGTS Digital](#)

Ministério da Economia - 22/12/2020

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou a proposta da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Seprt-ME) apresentada pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) para alocação de recursos à implantação do FGTS Digital. A Resolução nº 985, com a autorização, foi publicada no Diário Oficial da União da última quarta-feira, 16/12. O ato destina o valor de R\$ 89,5 milhões no exercício de 2021, para arcar com a sustentação e o desenvolvimento do projeto.

[Trajetória de recuperação econômica se consolida no Brasil, afirma Secretaria de Política Econômica](#)

Ministério da Economia - 21/12/2020

Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) apresentou nesta segunda-feira (21/12) a análise [Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais](#), em coletiva conjunta com a Receita Federal transmitida via internet. Conforme

observação dos indicadores pela ótica da oferta, a indústria registrou alta de 14,8% e o setor de serviços – que foi mais afetado pela pandemia – avançou 6,3%. Já o setor agropecuário sofreu um pequeno recuo de 0,5%.

[Programa Brasil Mais supera meta para dezembro e atende mais de 9 mil empresas](#)

Ministério da Economia - 21/12/2020

O Programa Brasil Mais está realizando atendimento a 9.334 empresas em vários estados do país. A meta era chegar a 7 mil empresas até dezembro. O programa, coordenado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME) e realizado em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Sebrae e Senai, tem como objetivo ajudar micro, pequenas e médias empresas a modernizar seus negócios e ampliar a produtividade com ferramentas de baixo custo e alto impacto.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT defende restauração das atribuições da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/12/2020

Por meio da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), o Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta segunda (21) nota pública em que manifesta preocupação com o teor do Decreto nº 10.574/2020, que reinstituíu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) como uma das comissões temáticas do Conselho Nacional do Trabalho. Acesse [aqui](#) a íntegra da nota pública.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Trabalho infantil: Decreto recria a Conaeti, mas nova composição exclui representação da sociedade civil, MPT e OIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/12/2020

O [Decreto nº 10.574/2020](#), publicado esta semana, recriou a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti, extinta em abril de 2019. Porém, foram excluídos da nova composição da Comissão o Ministério Público do Trabalho – MPT, entidades da sociedade civil como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, e organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

[SINAIT oferece subsídios sobre trabalho escravo para elaboração de relatório da Embaixada dos EUA](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/12/2020

Os dirigentes do SINAIT lamentaram a atuação da Comissão Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae que, atualmente, tem trabalhado de maneira muito formal com grandes limitações à participação da sociedade civil. Os dirigentes citaram também como ponto negativo as alterações que foram promovidas nas Normas Regulamentadoras - NRs de segurança e saúde no trabalho. Sob o entendimento do SINAIT, o tripé que sempre foi o fundamento da Organização Internacional do Trabalho – OIT, representado por trabalhadores, empregadores e Estado, não teve oportunidade de fazer a discussão das alterações com a amplitude necessária, em razão do grande volume de alterações e do cronograma acelerado que foi imposto.

Outras Notícias

[Empregado pode propor ação individual de execução em processo de sindicato](#)

Consultor Jurídico - 26/12/2020

Um empregado possui legitimidade para, de forma individual, promover procedimento de execução de sentença prolatada em ação coletiva movida pelo sindicato que o representa, não sendo necessário para isso esperar a efetivação dos direitos no processo coletivo.

[Teletrabalho e home office são institutos distintos](#)

Consultor Jurídico - 26/12/2020

Incluído pela Lei 13.647/17, o teletrabalho está regulamentado nos artigos 75-A ao 75-E da CLT e também vem previsto no artigo 62, III da CLT, indicando que se trata de uma das modalidades de trabalho não compatíveis com o controle de jornada, priorizando o serviço a ser executado, independentemente do tempo da jornada. Ao contrário do teletrabalho, o home office não possui regulamentação legal, sendo caracterizado como exercício das atividades em casa, podendo haver alternância com o trabalho no espaço físico da empresa, mesmo que de forma habitual.

[Se 2020 foi difícil para o mundo do trabalho, o que esperar para 2021?](#)

Consultor Jurídico - 25/12/2020

No Brasil e no mundo, muitos milhões de pessoas estão desocupadas. Em 2021, como destaca o relatório anual [Panorama Laboral 2020 da América Latina e do Caribe](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o emprego estará na terapia intensiva e, o que é pior, os indicadores podem piorar. Sim, o panorama pode piorar se não vierem logo vacinas para estancar a contaminação e os governos não adotarem mais providências para socorrer setores mais afetados da economia e a população mais vulnerável.

[PJe-Calc será opcional para usuários externos em 2021](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2020

Na última sexta-feira (18/12), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) publicou o [Ato CSJT.GP.SG 146/2020](#), que estabelece o uso facultativo do sistema unificado de cálculos trabalhistas, o PJe-Calc, para usuários externos, como advogados, a partir de 2021. A obrigatoriedade se mantém para usuários internos dos tribunais.

[Sem prova de dispensa discriminatória por ajuizamento de ação, não cabe condenação](#)

Consultor Jurídico - 22/12/2020

Por entender que o dever de provar o caráter discriminatório da situação é do empregado, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho revogou a condenação de um restaurante ao pagamento de indenização por danos morais devido à dispensa de um garçom. O relator, ministro Caputo Bastos, ressaltou que a presunção de discriminação na dispensa se limita aos casos em que o empregado possua doença grave e por isso sofra preconceito, conforme a [Súmula nº 443](#) do tribunal. Seu [voto](#) foi acompanhado por unanimidade.

[A nova \(in\)correção trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 22/12/2020

As discussões da comunidade jurídica trabalhista desta semana foram pautadas pela surpreendente [decisão](#) do STF acerca do índice de correção monetária dos créditos trabalhistas na Justiça do Trabalho, que fixou, após o ajuizamento e citação, o uso da Selic em substituição a TR acrescida de juros de mora de 1% ao mês, produzindo um resultado prático pior para os trabalhadores.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 25.235, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 21/12/2020 Seção I Pág. 163) - Prorroga a entrada em vigor de subitens da Norma Regulamentadora nº 37 - Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo. (Processo nº 19966.101475/2020-94);

[PORTARIA RFB Nº 5.002, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 22/12/2020 Seção I Pág. 244) - Altera a Portaria SRF nº 259, de 13 de março de 2006, que dispõe sobre a prática de atos e termos processuais de forma eletrônica no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

[PORTARIA SEPRT Nº 25.320, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 23/12/2020 Seção I Pág. 32) - Prorroga a validade das Credenciais dos Agentes de Higiene e Segurança no Trabalho;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 2.008, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 23/12/2020 Seção I Pág. 35) - Insumo. Crédito. Equipamento de Proteção Individual. Tratamento de Efluentes. Produtos para Limpeza e Manutenção. Serviços Contratados. Direito de Apuração;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 6.014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 23/12/2020 Seção I Pág. 36) - GILRAT. Grau de Risco. Atividade Preponderante. Órgãos Públicos;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 894, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 24/12/2020 Seção I Pág. 65) - Prorroga o prazo para a manifestação de interesse dos municípios e consórcios públicos municipais em receber transferências automáticas de recursos comuns do FAT, referentes ao exercício de 2021, de que trata o § 1º do art. 5º da Resolução CODEFAT nº 879, de 24 de setembro de 2020;

[LEI Nº 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 24/12/2020 Seção I Extra Pág. 23) - Altera as Leis nos 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.

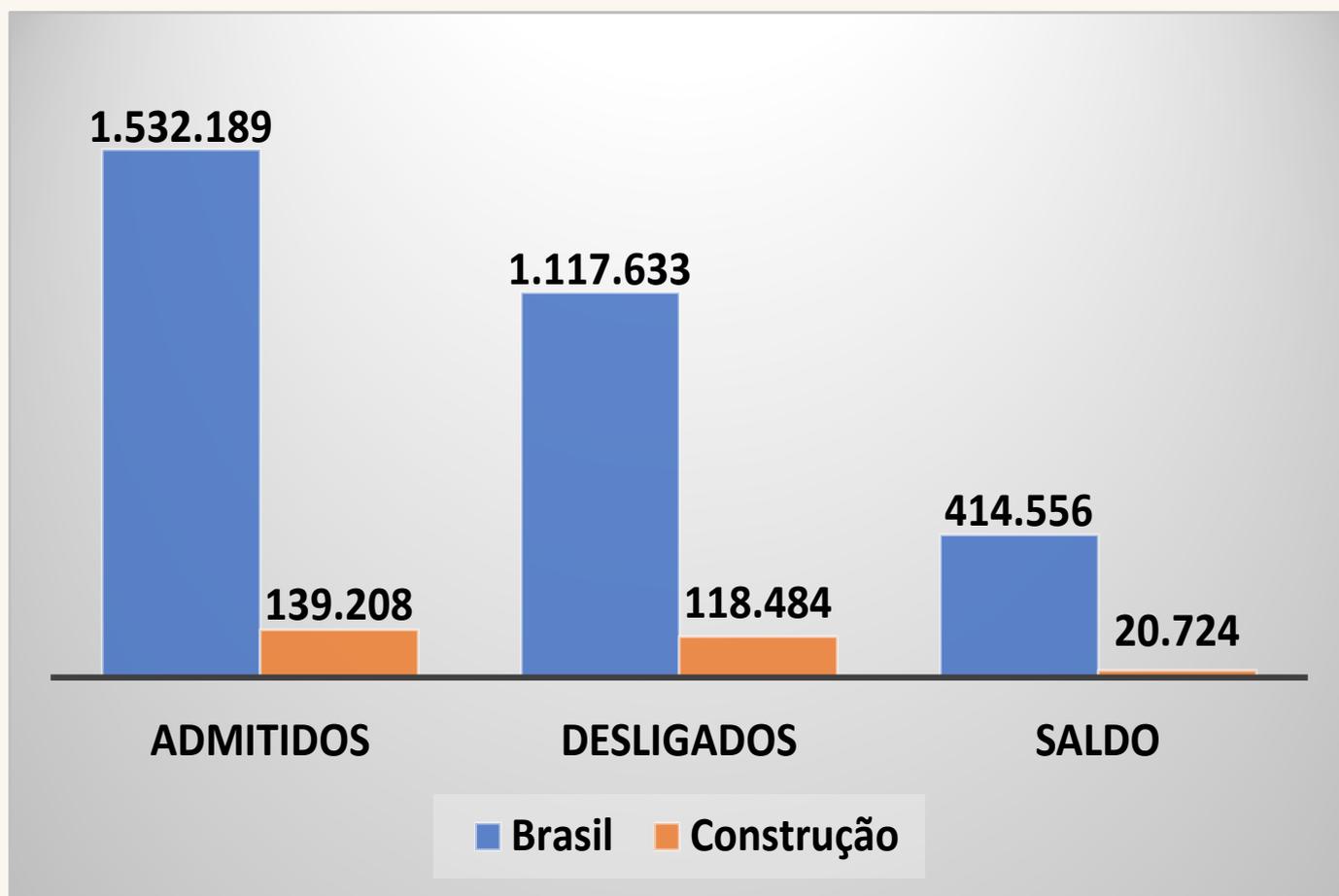


Dados estatísticos de Fiscalização

Informações do setor da Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) referente ao mês de novembro de 2020 extraídas do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia (ME) e comparativo com o acumulado do ano:

*Dados com ajustes declarados até novembro de 2020

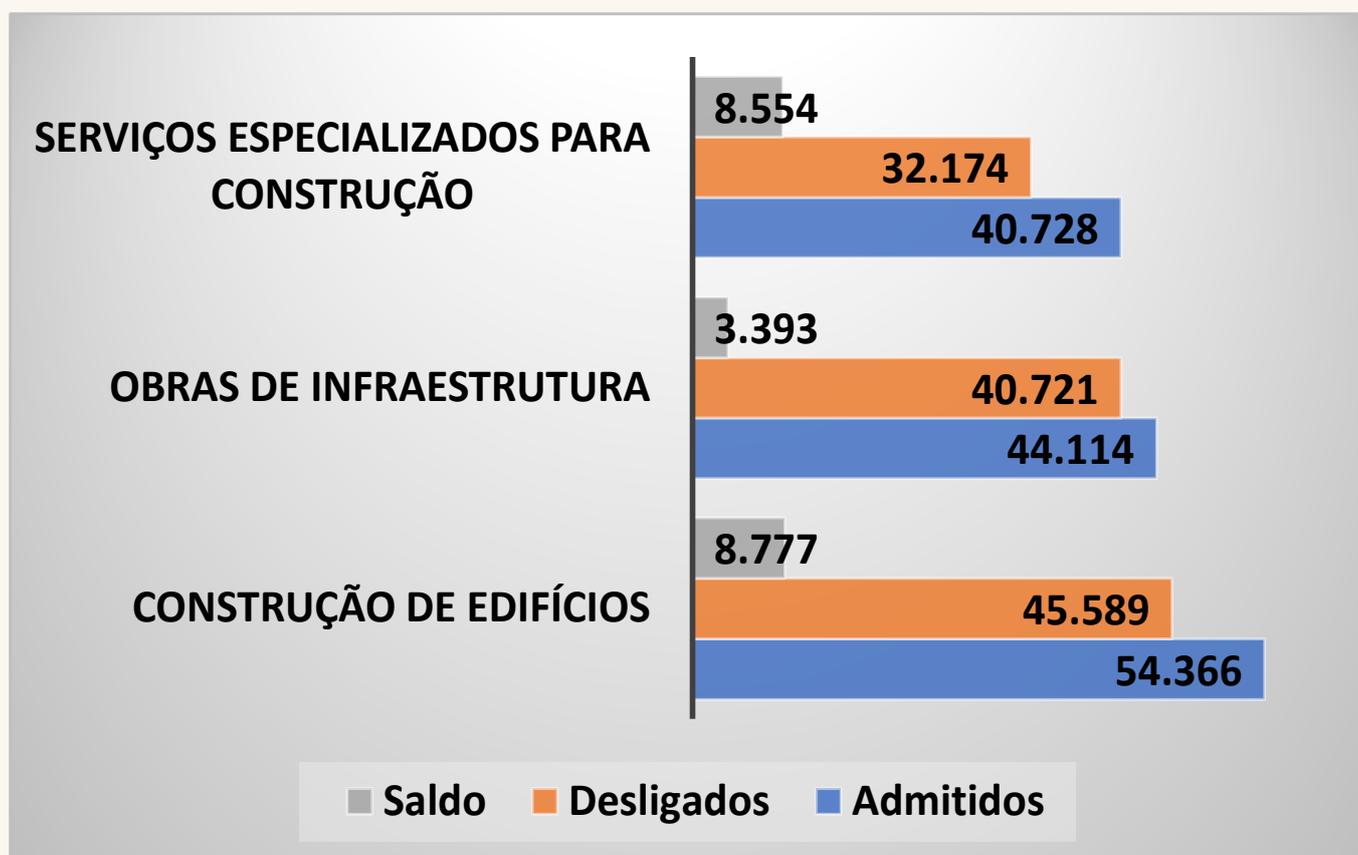
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Novembro 2020)



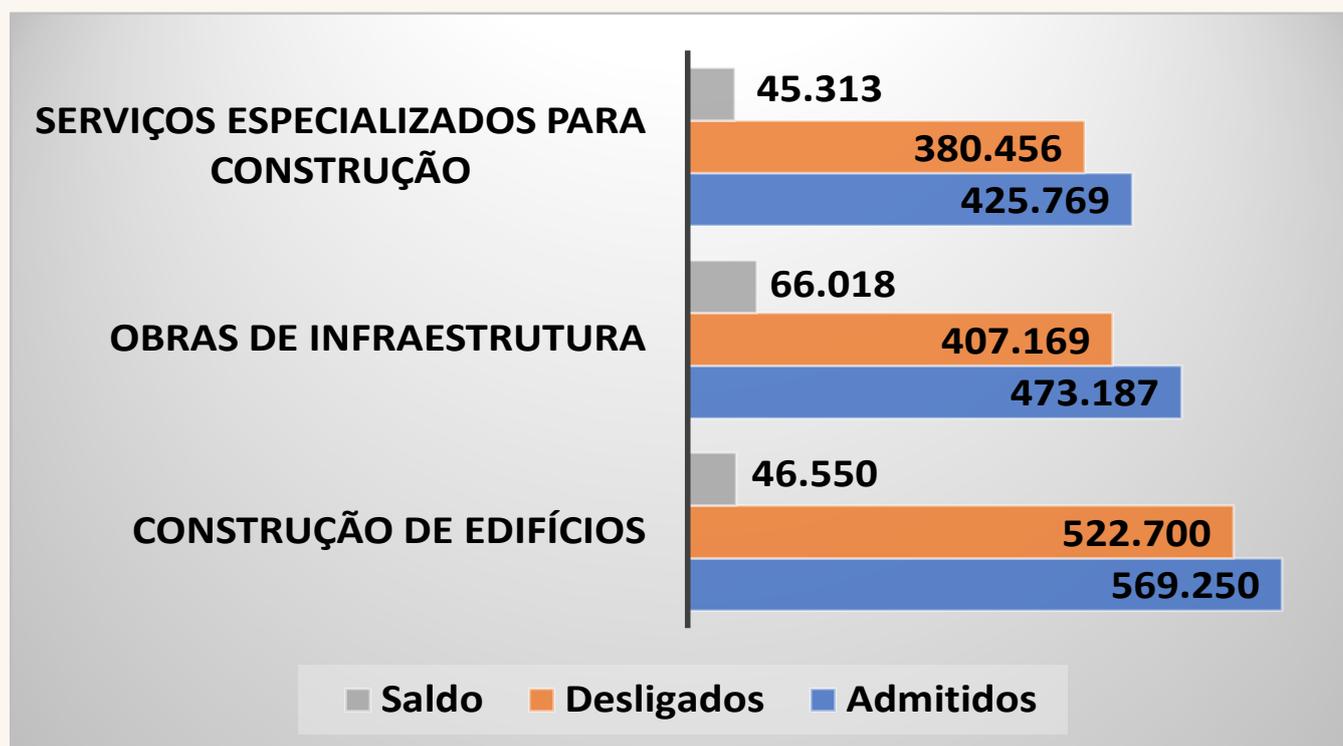
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Acumulado – Jan/Nov 2020)



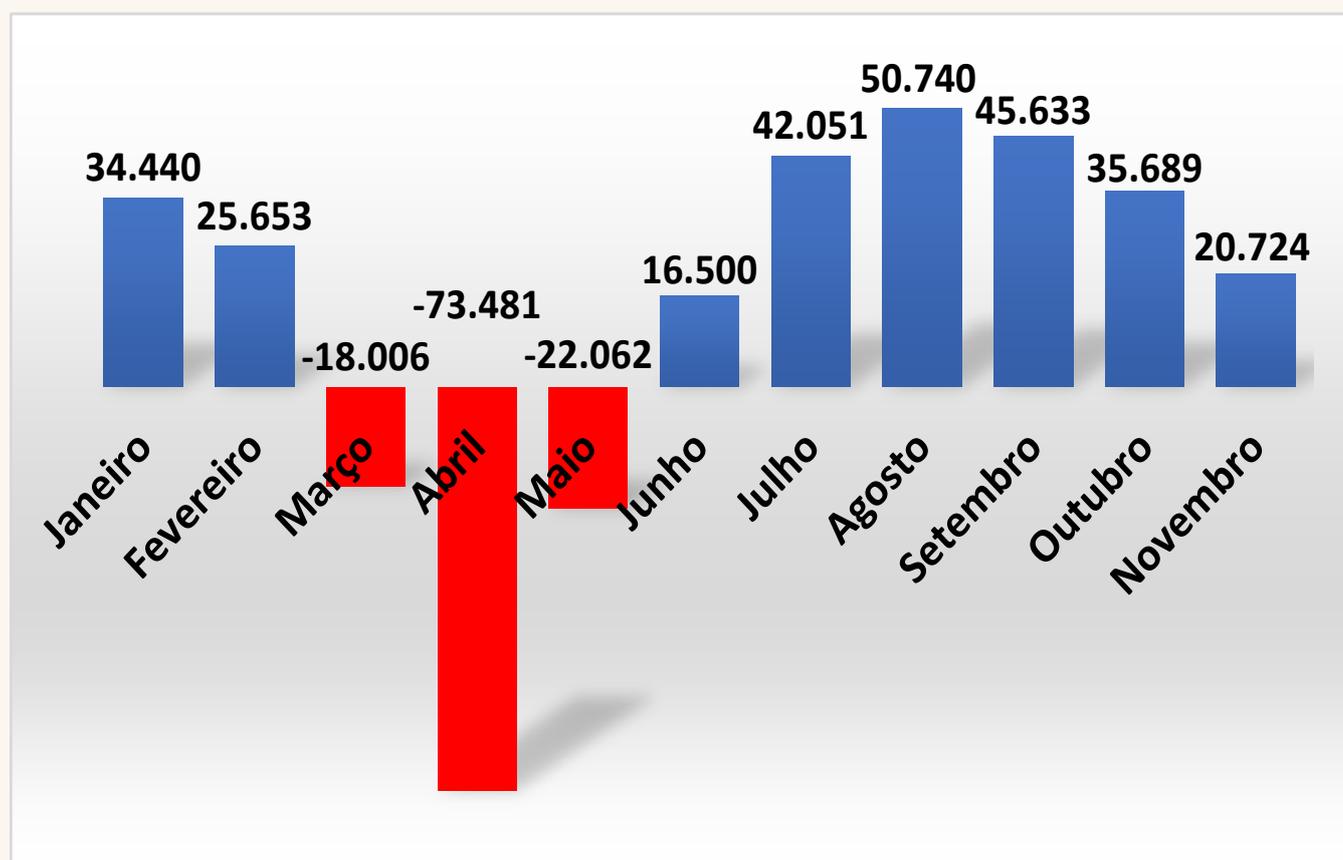
Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Novembro 2020)



Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Acumulado - Jan/Nov 2020)



Evolução do Saldo da Geração de Emprego na Construção no ano de 2020



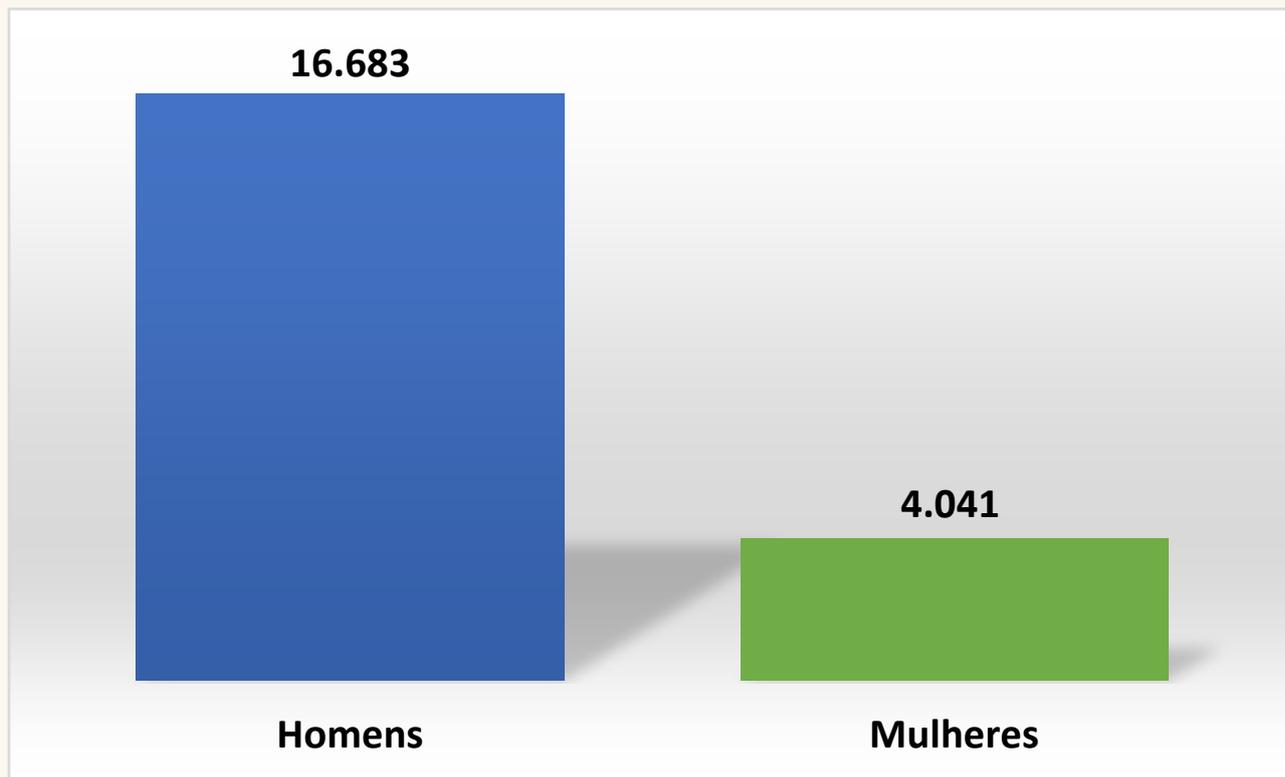
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Novembro 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	7.611	8.986	-1.375
Rondônia	445	651	-206
Acre	137	263	-126
Amazonas	1.261	1.244	17
Roraima	530	294	236
Pará	4.081	5.524	-1.443
Amapá	155	101	54
Tocantins	1.002	909	93
NORDESTE	27.005	20.830	6.175
Maranhão	2.379	2.097	282
Piauí	1.328	1.165	163
Ceará	4.423	3.385	1.038
Rio Grande do Norte	1.828	1.451	377
Paraíba	4.365	1.384	2.981
Pernambuco	3.357	3.082	275
Alagoas	1.142	1.022	120
Sergipe	813	921	-108
Bahia	7.370	6.323	1.047
SUDESTE	68.923	57.332	11.591
Minas Gerais	20.959	20.150	809
Espírito Santo	3.290	2.552	738
Rio de Janeiro	7.673	6.782	891
São Paulo	37.001	27.848	9.153
SUL	24.094	20.620	3.474
Paraná	10.091	7.933	2.158
Santa Catarina	6.155	5.851	304
Rio Grande do Sul	7.848	6.836	1.012
CENTRO-OESTE	11.555	10.705	850
Mato Grosso do Sul	1.234	1.068	166
Mato Grosso	2.873	2.700	173
Goiás	5.061	4.835	226
Distrito Federal	2.387	2.102	285
NÃO IDENTIFICADO	20	11	9
TOTAL	139.208	118.484	20.724

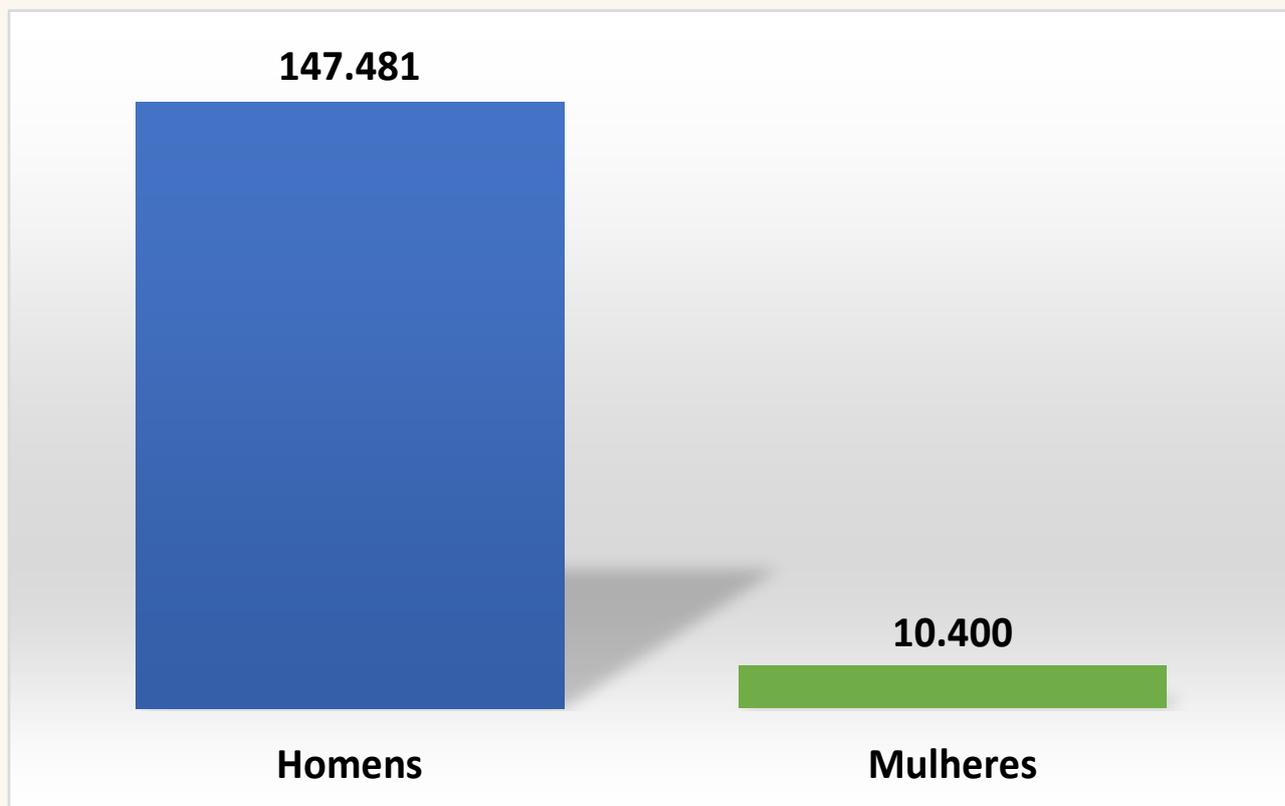
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Acumulado - Jan/Nov 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	96.959	81.281	15.678
Rondônia	7.288	7.782	-494
Acre	2.807	2.386	421
Amazonas	14.399	13.358	1.041
Roraima	4.419	3.076	1.343
Pará	54.590	44.772	9.818
Amapá	2.717	2.581	136
Tocantins	10.739	7.326	3.413
NORDESTE	267.868	240.500	27.368
Maranhão	27.950	22.634	5.316
Piauí	14.054	12.721	1.333
Ceará	44.150	36.439	7.711
Rio Grande do Norte	20.311	17.720	2.591
Paraíba	21.282	15.381	5.901
Pernambuco	37.316	37.967	-651
Alagoas	14.246	11.563	2.683
Sergipe	10.147	10.775	-628
Bahia	78.412	75.300	3.112
SUDESTE	717.032	649.828	67.204
Minas Gerais	236.095	204.187	31.908
Espírito Santo	35.924	29.482	6.442
Rio de Janeiro	77.060	83.521	-6.461
São Paulo	367.953	332.638	35.315
SUL	248.970	220.674	28.296
Paraná	108.239	87.844	20.395
Santa Catarina	72.109	66.837	5.272
Rio Grande do Sul	68.622	65.993	2.629
CENTRO-OESTE	137.008	117.891	19.117
Mato Grosso do Sul	16.417	15.457	960
Mato Grosso	34.438	28.879	5.559
Goiás	59.057	49.867	9.190
Distrito Federal	27.096	23.688	3.408
NÃO IDENTIFICADO	369	151	218
TOTAL	1.468.206	1.310.325	157.881

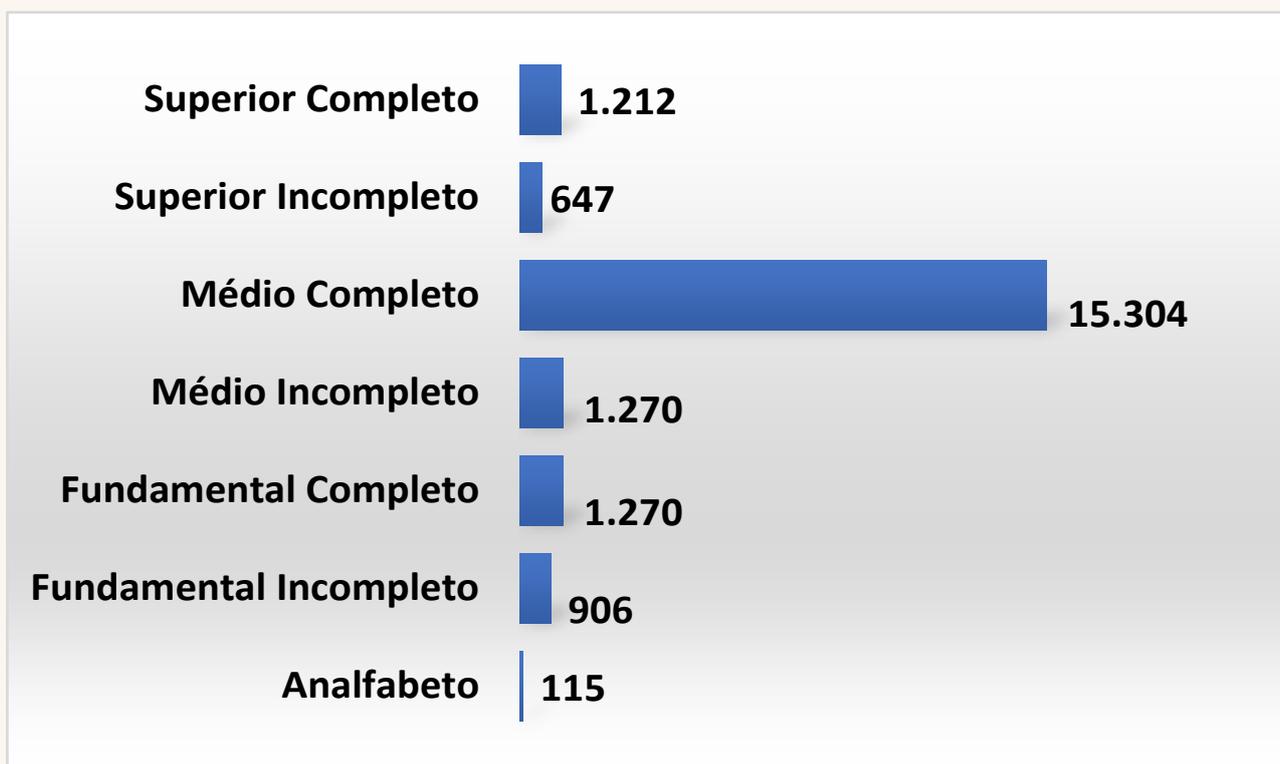
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Novembro 2020)



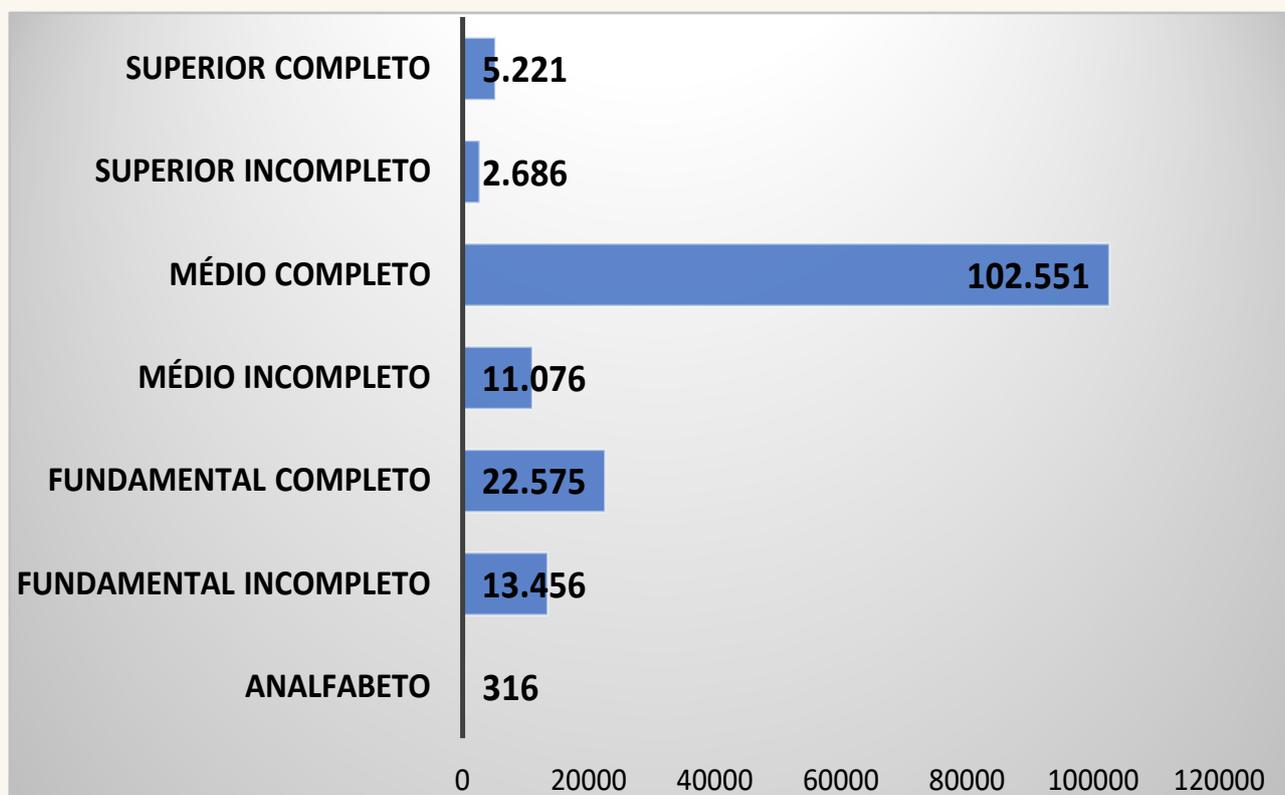
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo
(Acumulado – Jan/Nov 2020)



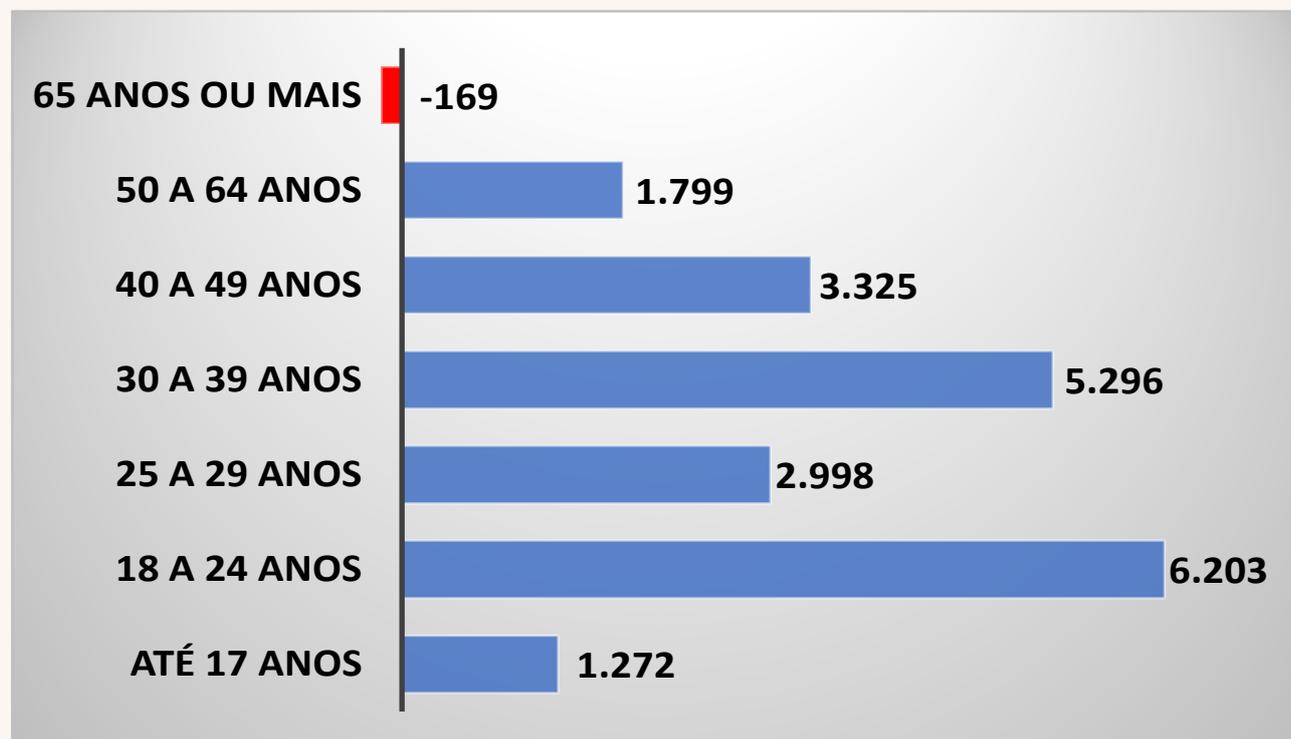
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Novembro 2020)



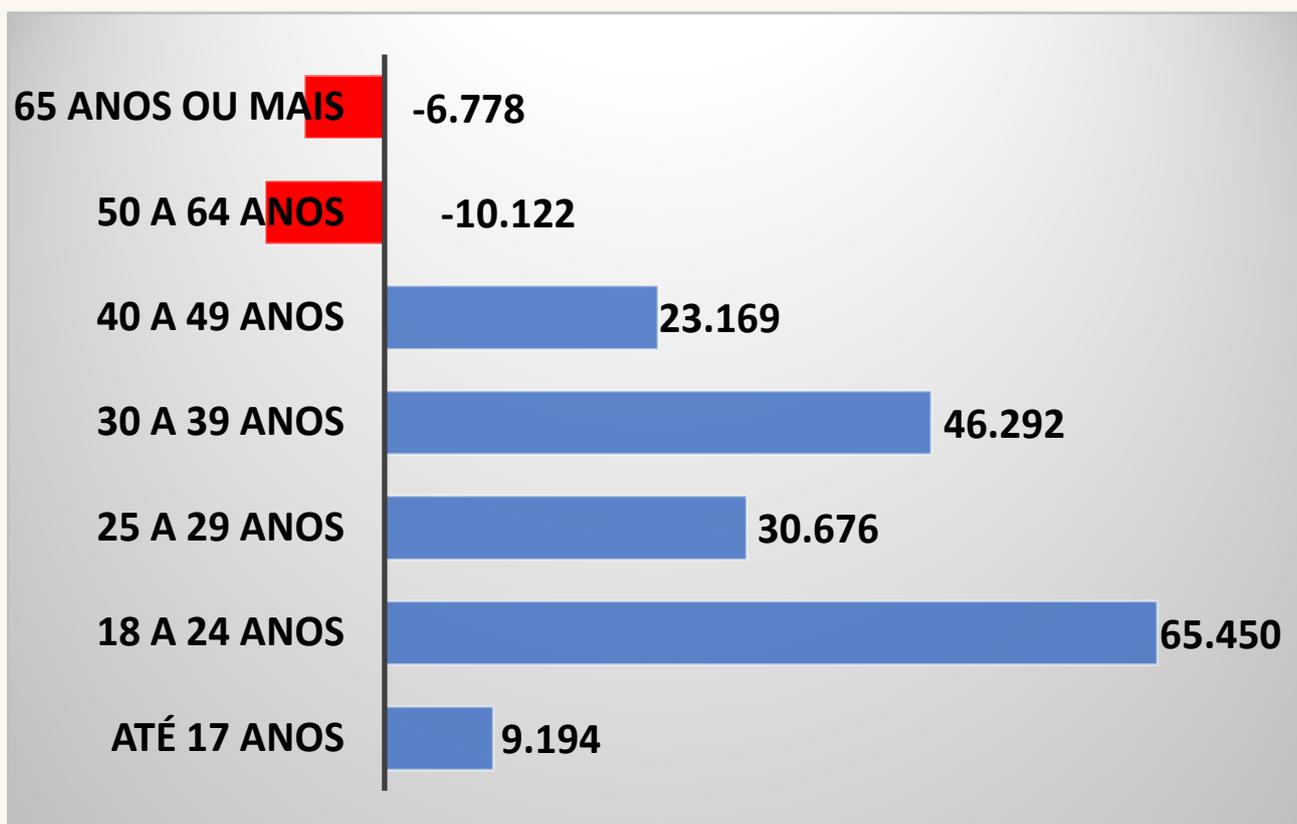
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Acumulado – Jan/Nov 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Novembro 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Acumulado – Jan/Nov 2020)



Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula